POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1. Introdução

O ESCRITÓRIO MATOS E SEJANOSKI, oferece serviços jurídicos com valores e soluções inteligentes para o exercício da advocacia com qualidade e excelência, por isso, a forma como nós tratamos os seus dados pessoais é tão importante. Queremos manter nossa relação de transparência e confiança com os nossos clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores.

2. Objetivo da Política

Garantir que os titulares entendam quais dados pessoais coletamos, as razões pelas quais os coletamos e utilizamos, com quem os compartilhamos, e apresentar os direitos à Privacidade e Proteção dos dados pessoais conforme a legislação vigente.

3. Direitos Sobre os Dados Pessoais

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no art. 18 conferiu aos titulares dos dados pessoais os direitos de:

- Confirmar a existência de tratamento de seus dados pessoais;
- Solicitar o acesso aos dados pessoais;
- Solicitar correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Solicitar anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LEI;
- Solicitar portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, resguardados os segredos comerciais de nosso escritório;
- Requerer garantias à disponibilidade, a autenticidade, a integridade e a confidencialidade dos dados pessoais;
- Ser notificado sobre mudanças de propósito para o tratamento de seus dados pessoais;
- Solicitar informações a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada;
- Solicitar a limitação/oposição ao tratamento de seus dados pessoais;

- Solicitar eliminação dos dados pessoais tratados quando não houver obrigação legal atribuída ao controlador ou operador para mantê-los;
- Solicitar informação das entidades públicas e privadas com as quais o Escritório Matos e Sejanoski Advogados e Associados realizou ou realiza uso compartilhado de dados pessoais;
- Direito à informação sobre a possibilidade de não fornecer o consentimento e sobre as consequências da negativa;
- Direito a revogação do consentimento, nos termos da Lei.

4. Nossas Fontes de Dados Pessoais

Os dados pessoais que tratamos são coletados através das seguintes fontes:

Celebração de contratos: nas atividades preliminares para celebração de contrato, coletamos dados pessoais.

Correio eletrônico: coletamos e processamos dados pessoais através de mensagens eletrônicas a fim de manter a comunicação entre o escritório e os nossos clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores.

Site Institucional: em nossa página na web, disponibilizamos formulários de contato para que você se comunique conosco nos enviando uma solicitação ou mensagem.

Dispomos de formulário de coleta de dados pessoais de titulares que desejarem nos enviar seu currículo para oportunidades de trabalho em nosso escritório.

Dados recebidos de fontes externas: podemos coletar dados pessoais através de consulta nas bases de dados do poder público, para desenvolver nossas atividades.

No acesso as dependências do escritório: caso o titular venha a ter acesso ao nosso escritório, serão coletados dados pessoais para acesso às dependências da empresa.

Newsletter: coletamos os dados fornecidos diretamente por você, para enviar nossos boletins informativos.

5. Dados Pessoais Que Tratamos

Grupo de Dados Pessoais	Descrição do Grupo
Dados de identificação pessoal:	Nome, Telefone, E-mail, RG, CPF, CNH.
Dados que definem características pessoais:	Data de Nascimento, Naturalidade, Nacionalidade, Estado Civil, Gênero, Idade, Local de Nascimento.
Dados de filiação:	Nome do Pai, Nome da Mãe.
Informações profissionais:	Ocupação, Formação, Diplomas e Certificados, OAB.

Grupo de Dados Pessoais Sensíveis	**Descrição do Grupo**
Dados sensíveis que definem características pessoais:	Imagem, Dados de Saúde Ocupacional. Estes dados são coletados e tratados para fins de prevenção a fraude e obrigação legal ou regulatória prevista nas leis vigentes.

Dados de Crianças e de Adolescentes	**Descrição do Grupo**
Dados de identificação pessoal:	Nome, RG, CPF, data de nascimento.
Dados sensíveis que definem características pessoais:	Dados de saúde. Estes dados são coletados e tratados mediante o uso da base legal do consentimento por um dos pais ou responsável legal.

5.1. Dados de Cookies

Não utilizamos cookies que coletam dados pessoais, utilizamos somente aqueles para o funcionamento do Site. Caso seja implementada tecnologia de coleta de dados através de cookies, faremos a divulgação através desta Política.

6. Por que Precisamos e Como Tratamos os Dados Pessoais

Tratamos dados pessoais quando há motivos e finalidades legítimas para fazê-lo. Todos os dados pessoais coletados serão utilizados para as finalidades de:

- Prestar serviços advocatícios;
- Realizar a contratação e sustentação de nosso quadro funcional;

7. Como Compartilhamos os Dados Pessoais

Operamos com diversos parceiros e fornecedores para desenvolver e entregar nossos serviços, podendo assim compartilhar informações pessoais com tais envolvidos. O Compartilhamento pode ocorrer nos seguintes cenários, mas não se limitar à:

- Parceiros que prestam serviços de processamento de pagamentos, hospedagem de dados, consultorias, dentre outros.
- Organizações parceiras, fornecedores de serviço e/ou infraestrutura e terceiros que contribuam para as atividades do escritório. Quando contratados serão autorizados somente a acessar e tratar dados pessoais em nosso nome.
- Autoridades judiciais e tribunais, cartórios, entidades administrativas ou governamentais.
- Não comercializamos seus dados com terceiros.

8. Sobre a Transferência Internacional de Dados Pessoais

A transferência de dados pessoais para outros países pode ocorrer quando for necessário armazenar dados pessoais utilizando-se de plataformas de nuvem que estejam hospedadas fora do Brasil. Quando isso ocorrer aplicaremos cláusulas contratuais que garantam Privacidade e Proteção de dados em nossos contratos ou exigiremos que o fornecedor nos dê garantias jurídicas de que

cumprem os padrões de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados.

9. Quais Bases Legais Utilizamos

- Consentimento do Titular;
- Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória;
- Execução de Contrato ou de Procedimentos Preliminares;
- Proteção do Crédito;
- Interesses Legítimos.

10. Retenção e Término do Tratamento

O Escritório Matos e Sejanoski processa e armazena os dados pessoais enquanto houver finalidade e obrigações legais.

Salientamos que se houver obrigação em manter dados pessoais para nossas funções jurídicas, fiscais, de auditoria, contabilidade, trabalhistas, estes serão retidos pelo período exigido pela legislação aplicável. Também é possível a retenção quando para defesa judicial, para o legítimo interesse comercial, prevenção contra fraudes, ou para manter a segurança.

Para obter mais detalhes sobre a retenção de dados pessoais, é possível realizar uma solicitação em nossos canais de atendimento aos titulares dos dados pessoais informados nessa política.

11. Sobre a Segurança dos Dados Pessoais

A informação é um ativo essencial para os negócios da organização, consequentemente ela precisa ser adequadamente protegida. A Segurança da Informação é a proteção da informação contra os vários tipos de ameaças, portanto nós adotamos medidas técnicas e administrativas adequadas para proteção dos dados pessoais, as medidas são:

- Adoção de tecnologias que proporcionam o uso de funções criptográficas;
- Armazenamento de dados pessoais em ambientes seguros e controlados;
- Adoção de proteção contra ameaças digitais;

- Implementação da gestão de níveis de acessos no uso de plataformas;
- Implementação de tecnologias e práticas para recuperação de dados, testadas periodicamente.

12. O Não Fornecimento dos Dados Pessoais

Sempre que for necessário utilizar seus dados pessoais e não for concedido, podemos não ser capazes de prestar os serviços ora acordados ou torná-los limitados.

13. O Exercício dos Direitos do Titular dos Dados Pessoais

Para o exercício dos direitos dos titulares, conforme legislação em vigor, disponibilizamos os canais de *contato com o Encarregado Pelo Tratamento de Dados Pessoais através do e-mail* dpo@matosesejanoski.adv.br

Envio de correspondência: indicar no campo assunto "Escritório Matos e Sejanoski – Privacidade de Dados". Enviar a correspondência para o seguinte endereço: Av. João Gualberto, 1721, 4º Andar, Juvevê – CEP: 80030-001 – Curitiba – PR – Brasil.

Nós responderemos suas solicitações dentro de um prazo razoável e de acordo com o especificado pela Autoridade Nacional e outras Leis Vigentes.

14. Termos e Definições

Termos	Definições
Dados Pessoais	São informações relativas a uma pessoa viva, identificada ou identificável.
Dados Pessoais Sensíveis	Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
Tratamento de Dados	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem: a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
Anonimização	Processo por meio do qual o dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, considerando os meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento.
Privacidade	É o direito à reserva de informações pessoais e da própria vida pessoal.
Transferência Internacional de dados	Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na Lei Geral de Proteção de Dados.
Autoridade nacional	Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados em todo o território nacional.

15. Melhoria Contínua

Esta política é revisada anualmente ou de acordo com mudanças internas ou externas que possam vir a interferir no Programa de Gestão de Privacidade da Informação ou que seja algo relevante a ser informado na Política de Privacidade.

16. Referências

Lei 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados.

17. Versão da Política

Data da última atualização: 27/01/2022